TRABALHO COMPLETO
FULL PAPER
XXVII SEPE
Simpósio de Ensino, Pesquisa e Extensão
Teaching, Research and Extension Symposium
24 A 26 DE OUTUBRO 2023
OCTOBER 24th to 26th, 2023
ISSN: 2316-9745
CIÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
SCIENCE AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT
UFN Universidade Franciscana Franciscan University
https://doi.org/10.48195/sepe2023.27080

A HISTÓRIA DA SAÚDE MENTAL BRASILEIRA: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Morgana Aline da Silva[1]; Larissa Pereira Righi da Silva [2]; Francine Carla Cadoná[3]; Fabiana Porto da Silva[4]

RESUMO

Introdução: A Reforma Psiquiátrica brasileira surgiu por meio da conscientização da necessidade de mudanças no cuidado e abordagem em saúde mental.O cuidado em saúde mental compreende a assistência prestada a um indivíduo por meio de um conjunto de procedimentos objetivando êxito em um tratamento. Objetivo: abordar a história da saúde mental brasileira por meio de uma revisão da literatura. Método: estudo teórico descritivo retrospectivo de análise reflexiva. A coleta de dados ocorreu em agosto de 2023 nas bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde, *National Library of Medicine* e Base de Dados em Enfermagem. Resultados: eventos cronológicos sobre a saúde mental que ocasionaram o cuidado e assistência que é seguido até os dias de hoje. Conclusão: foi possível identificar os diversos processos que a saúde mental no Brasil passou até chegar ao sistema de atenção que conhecemos hoje. Concluímos que é de extrema importância conhecer a história dos processos de saúde, possibilitando o entendimento para busca de melhorias no cuidado e assistência enquanto rede.

Palavras-chave: Assistência Integral à Saúde; Saúde Mental; Serviços de Saúde Mental; Reforma dos Serviços de Saúde.

ABSTRACT

Introduction: The Brazilian Psychiatric Reform emerged through awareness of the need for changes in mental health care and approach. Mental health care comprises the assistance provided to an individual through a set of procedures aimed at successful treatment. Objective: to address the history of Brazilian mental health through a literature review. Method: retrospective descriptive theoretical study of reflective analysis. Data collection took place in August 2023 in the Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences, National Library of Medicine and Nursing Database databases. Results: chronological events regarding mental health that led to the care and assistance that is followed to this day. Conclusion: it was possible to identify the different processes that mental health in Brazil went through until reaching the care system we know today. We conclude that it is extremely important to know the history of health processes, enabling understanding to seek improvements in care and assistance as a network.

[1] Mestranda da Ciências da Saúde e da Vida- UFN morgana.aline@ufn.edu.br
[2] Mestranda da Ciências da Saúde e da Vida- UFN larissa.righi@ufn.edu.br
[3] Mestrado da Ciências da Saúde e da Vida- UFN f.cadona@ufn.edu.br
[4] Mestre do Curso de Graduação em Enfermagem- UFN fabiana.silva@ufn.edu.br

Keywords: Comprehensive Health Care; Mental health; Mental Health Services; Reform of Health Services.

Eixo Temático: Atenção Integral e Promoção à Saúde

1. INTRODUÇÃO

Conforme a portaria n° 2.436, de 21 de setembro de 2017 intitula-se a Atenção Básica em Saúde (ABS) com um conjunto de ações de saúde realizadas no âmbito individual, familiar e coletivo. Com isso, engloba promoção, proteção, prevenção, tratamento, redução de danos, diagnóstico, reabilitação, cuidados paliativos e vigilância em saúde, sendo elas desenvolvidas através de práticas de cuidado integrado e gestão qualificada (BRASIL, 2017).

As ações em saúde devem atender os usuários em sua integralidade, de acordo com os princípios e doutrinas do Sistema Único de Saúde (SUS). Para tanto, a saúde mental como cuidado transversal e singular de cada indivíduo é um dos principais desafios no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS). Em 2001 com a promulgação da Lei 10.216 conhecida como Lei da Reforma Psiquiátrica, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e reestruturação do modelo assistencial em saúde mental (BRASIL, 2001), permitiu articular estratégias em saúde mental, objetivando desinstitucionalização dos usuários e concretização de bases territoriais para este cuidado (Frateschi; Cardoso, 2016).

A Reforma Psiquiátrica brasileira surgiu por meio da conscientização da necessidade de mudanças no cuidado e abordagem em saúde mental. Deve ser considerada como um processo de reconstrução de um modelo de assistência voltado ao respeito à diferença, com reinvenção das práticas dos serviços de saúde mental e do cotidiano de seus usuários, por meio do entendimento do sofrimento humano em sua complexidade e totalidade (Ramos; Paiva; Guimarães, 2019).

O cuidado em saúde mental compreende a assistência prestada a um indivíduo por meio de um conjunto de procedimentos objetivando êxito em um tratamento. Pode-se então afirmar que a mudança no cuidado ao paciente com transtornos mentais permitiu o desenvolvimento de novas práticas de atendimento

visando o resgate da cidadania, a reinserção dos usuários no contexto social e familiar (Fontes de Souza, 2020).

Diante do exposto, faz- se necessária uma reflexão acerca dos marcos históricos da atenção à saúde mental. Nesse sentido, o presente estudo objetivou abordar a história da saúde mental brasileira por meio de uma análise reflexiva.

2. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo teórico descritivo retrospectivo de análise reflexiva, realizado a partir de busca nas bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *National Library of Medicine* (PUBMED/MEDLINE) e Base de Dados em Enfermagem (BDENF). A busca foi realizada no decorrer do mês de agosto de 2023, a partir dos descritores: “Atenção Intengral à Saúde”; "A Saúde Mental”; “ Serviços de Saúde Mental” e “ Reforma dos Serviços de Saúde”. A análise foi feita inicialmente pela leitura do título e do resumo, posteriormente pela leitura na íntegra dos estudos selecionados inicialmente.

Os critérios de inclusão utilizados para estes foram: artigos completos, disponíveis online na íntegra, publicados em português e com acesso gratuito. Foi utilizado o recorte temporal de dez anos (2013 – 2023), em virtude de se buscar evidências atuais sobre a temática abordada. Como critérios de exclusão, foram utilizados estudos que não abordaram o tema e teses.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Reforma Psiquiátrica marcou a saúde mental no Brasil pois com ela intensificou a luta contra a estigmatização de quem se encontra acometido por algum sofrimento psíquico, articulando-se por meio de diversos setores, ingressando em contexto social e político (Soares; Yasui, 2021).

Na Idade Média as pessoas que possuíam comportamentos que fugiam às regras sociais, eram considerados loucos pois representavam incômodo e insegurança para uma comunidade. A partir daí passavam a ser isoladas e eram

submetidas a técnicas causadoras de intenso sofrimento, sendo tais atrocidades associadas a incentivos de caráter social, religioso ou financeiro (Pimentel, 2018).

No Brasil no século 19 as pessoas com patologias mentais eram internadas em casas de misericórdias ou mesmo em prisões comuns, as mais pobres ficavam a vagar pelas ruas sem nenhuma assistência. Outra prática comum era a de pessoas eserem acorrentadas e contidas em sótãos e porões, até mesmo por suas famílias. Para solucionar momentaneamente o suposto problema, foram criados os hospícios, lugares indicados para que essas pessoas pudessem ser internadas (Plantier; Ianni, 2017).

Esses ambientes eram conhecidos como lugares violentos, neles realizam-se procedimentos que causavam sofrimento e séries agravos a condição física e mental, neles eram realizadas diversas técnicas de eletrochoque e trepanação (Pimentel, 2018). A violação de direitos humanos foi banalizada e com isso, os serviços de saúde que eram para ser referência em cuidado, se tornaram locais de tortura, medo e morte.

O movimento de desinstitucionalização no Brasil foi influenciado pela Reforma Psiquiátrica da Itália ocasionada por Franco Basaglia, que defendia que as instituições psiquiátricas apresentavam um caráter mais agressivo a saúde do paciente do quê terapêutico, considerando a forma ao qual os indivíduos em sofrimento psíquico eram tratados; associado a essas consequências negativas, defendia então o movimento da Psiquiatria Democrática, que buscava o fim das instituições psiquiátricas e a implementação de atividades extra-hospitalares como alternativa ao tratamento de pacientes portadores de transtornos (Oliveira *et al.*; 2020).

No início dos anos 1970, profissionais recém-formados ingressam na assistência à saúde e se depararam com um cenário de descaso e violência, em um modelo hospitalocêntrico (Amarante; Nunes, 2018). No Brasil, um dos movimentos responsável por trazer discussões inovadoras para área da saúde foi o movimento da Reforma Sanitária Brasileira (RSB), que buscava transformação no sistema de saúde, visando o controle da nocividade em defesa da saúde, pois as condições que se

encontrava eram ambientes de trabalho insalubres, o que vinha influenciar diretamente na saúde dos trabalhadores (Lacaz *et al.* 2020).

Outro marco importante da reforma, em 1978, foi a crise da Divisão Nacional de Saúde Mental (DINSAM), responsável pela formulação das políticas de saúde mental. Este período caracterizou por denúncias e paralisações de trabalhadores que encontravam-se em situações de trabalho precário, onde sofriam agressões, ameaças, estupro, assim como os pacientes de instituições (Paiva *et al.,* 2022).

Nos anos 1980, os Movimentos da Reforma Sanitária Brasileira (RSB) e da Reforma Psiquiátrica Brasileira (RPB), estruturaram-se na sociedade brasileira, redemocratizando e transformando o modelo de saúde mental (Sampaio; Bispo Júnior, 2020). A partir da VIII Conferência Nacional de Saúde (CNS), em 1986 se estabeleceu a saúde como direito do cidadão e dever do Estado, o que veio a regulamentar o SUS por meio das leis n. 8.080/90 e n. 8.142/90 (BRASIL, 2019). O processo de democratização, foi a partir do fim do período de golpe militar, onde ocorreu a liberdade de expressão, permitindo aos envolvidos nos movimentos sociais, que pudessem se expressar, exigindo uma saúde a todos os cidadãos brasileiros.

A partir da VIII Conferência Nacional de Saúde (CNS), foi realizada em 1987 a I Conferência Nacional de Saúde Mental (CNSM), o primeiro evento que reuniu atores que abordavam a temática. No mesmo ano instituiu-se o dia 18 de maio como o Dia Nacional da Luta Antimanicomial e adotando-se o lema ‘Por uma sociedade sem manicômios’ (Sampaio; Bispo Júnior, 2020). Nesse período foram levantadas muitas críticas e discussões sobre o modelo manicomial e a forma de tratar os pacientes com transtornos mentais, também sobre a mercantilização da loucura e a forma de tratamento aos pacientes com uma base muito mais capitalista do que necessariamente profilático ou terapêutico. Buscava-se ampliação do acesso ao cuidado, desmistificação do cuidado voltado à emergência ambulatório-hospital e observava-se a necessidade da criação de diferentes tecnologias de cuidado que viessem ao encontro das fragilidades e singularidades de cada indivíduo (Delgado, 2019).

Em 1987 foi inaugurado o primeiro Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), em São Paulo, visando uma reestruturação no cuidado, nesse período também se deu a criação da rede de serviços a fim de substituir os hospitais psiquiátricos, dentre eles os Núcleos de Atenção Psicossocial (NAPSs) (Sampaio; Bispo Júnior, 2020).

Em 1989, Paulo Delgado apresentou o projeto de lei n. 3.657, que foi estruturado visando a extinção dos manicômios e substituição dos mesmos por serviços baseados na comunidade (Amarante; Nunes, 2018).

Outro marco importante para a reforma na saúde mental foi a Conferência Regional para a Reestruturação da Assistência Psiquiátrica que ocorreu em 1990 em Caracas, neste evento foi realizado um acordo entre os países da América Latina, intitulado de “Declaração de Caracas”, estabelecendo um acordo de comprometimento de reanalisar o papel dos hospitais psiquiátricos e os direitos civis e humanos dos usuários (Fontes de Souza,2020).

Em 1992 foram criados oficialmente os CAPS a partir da Portaria Ministério da Saúde 224/92, definidos como unidades de saúde locais composta por equipe multiprofissional a fim de contemplar uma população definida a nível local, que oferecem atendimento de cuidados intermediários entre o regime ambulatorial e a internação hospitalar (Barreto; 2019).

Após a III Conferência de Saúde Mental em 2011 e da aprovação da Lei 10.216 de 6 de abril de 2001, a reforma psiquiátrica no Brasil passou a ganhar visibilidade em âmbito federal. A partir daí foram determinadas estratégias, princípios e diretrizes que estabeleceram as propostas para a Reforma Psiquiátrica. Essa Conferência gerou argumentos de sustentação da necessidade de uma Política de Saúde Mental, marcando o momento em que a Reforma Psiquiátrica passou a se estabelecer como uma política integrada ao SUS, criando um modelo de atenção à saúde mental no qual fosse substituída as internações hospitalares por uma rede de atenção às pessoas com transtornos psicossociais (Barreto, 2019; Fontes de Souza, 2020).

A partir de todos esses eventos, o cuidado em saúde mental tomou a proporção ao cuidado e assistência que é seguido até os dias de hoje.

4. CONCLUSÃO

Por meio desta revisão bibliográfica foi possível identificar os diversos processos que a saúde mental no Brasil passou até chegar ao sistema de atenção que conhecemos hoje. A reforma psiquiátrica percorreu uma extensa trajetória político-social que estabeleceu os alicerces para a reorganização do modelo assistencial em saúde mental.

É perceptível avanço significativo desse modelo desde a consolidação da Lei 10.216, uma vez que ela garantiu o acesso à assistência em saúde para a população com sofrimentos mentais ou dependência química.

Concluímos que é de extrema importância conhecer a história dos processos de saúde, possibilitando o entendimento para busca de melhorias no cuidado e assistência enquanto rede.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, P.; NUNES. M.O. A reforma psiquiátrica no SUS e a luta por uma sociedade sem manicômios. **Ciênc. saúde colet.** 2018 https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.07082018

BARRETO, A. F. A política de saúde mental e a qualidade de vida dos usuários do CAPS AD em Largato (SE). **Revista Saberes**, Paripiranga-BA, n. 7, p. 2-10, abr. 2019. Disponível em: https://www.semanticscholar.org/paper/A-Pol%C3%ADtica-de-Sa%C3%BAde-Mental-e-a-qualidade-de-vida-do-Barreto/4c7ee6bd74d4bdf5432d486685d4617cf81b2faa

BRASIL. Lei Nº. 10.216, de 06 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional da Saúde. 8ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE: QUANDO O SUS GANHOU FORMA. Governo Federal, 2019.

BRASIL. Portaria n° 2.436, de 21 de setembro de 2017.Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União, Brasília. 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html

DELGADO, P. Reforma psiquiátrica: estratégias para resistir ao desmonte. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, e0021241, 2019. Disponível em : https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00212

FONTES DE SOUSA, H. E. A Reforma Psiquiátrica e a Criação dos Centros de Atenção Psicossocial Brasileiros: um rápido mergulho através da história. **Ideias e Inovação - Lato Sensu**, *[S. l.]*, v. 5, n. 3, p. 45, 2020. Disponível em: https://periodicos.set.edu.br/ideiaseinovacao/article/view/7599.

FRATESCHI, M. S., CARDOSO, C. L. Práticas em saúde mental na atenção primária à saúde. **Psico**, p. 159-168. 2016. Disponível em: https://doi.org/10.15448/1980-8623.2016.2.22024

LACAZ, F. A. C. et al. Movimento da Reforma Sanitária e Movimento Sindical da Saúde do Trabalhador: um desencontro indesejado. **Saúde em Debate**, v. 43, p. 120-132, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0103-11042019S809

OLIVEIRA, D. I. et al. Reforma psiquiátrica brasileira e suas influências europeias e norte americanas. **Amazônica-Revista de Psicopedagogia, Psicologia escolar e Educação**, v. 25, n. 2, jul.-dez, p. 333-354, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonica/article/view/7776

PAIVA, L. E. M.; FILGUEIRAS, K. F.; OLIVEIRA, M. E. C.; CAMPOS, Y. M. Desinstitucionalização de saberes e práticas: da Reforma Psiquiátrica aos serviços em saúde mental. **Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 6, n. 12, p. 177-192. 2022.

PIMENTEL, A. P. O cuidado em saúde mental: reflexões psicossocioculturais para uma práxis ético-dialógica. 2018. 193 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/26996

PLANTIER, A. P.; IANNI, A. Cidade, loucura e higiene: questões que se perpetuam na cultura psiquiátrica e social brasileira. **Cadernos de História da Ciência**, v. 13, n.

1, p. 82-101, 30 jun. 2017. Disponível em: https://doi.org/10.47692/cadhistcienc.2017.v13.33852

RAMOS, D. K. R.; PAIVA, I. K. S.; GUIMARÃES, J. Pesquisa qualitativa no contexto da Reforma Psiquiátrica brasileira: vozes, lugares, saberes/fazeres. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 839-852, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-81232018243.00512017

SAMPAIO, M. L.; BISPO JÚNIOR, J. P. Entre o enclausuramento e a desinstitucionalização: a trajetória da saúde mental no Brasil. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00316

SOARES, N. A. S..; YASUI, S. MNEMOSINE: HISTÓRIA DA REFORMA PSIQUIÁTRICA E DA ATENÇÃO PSICOSSOCIAL NO BRASIL. **Revista Multidisciplinar em Saúde**, v. 2, n. 4, p. 265, 2021. DOI: 10.51161/rems/3038. Disponível em: https://editoraime.com.br/revistas/index.php/rems/article/view/3038